Democracia verdadeira

Com a tomada de posse do primeiro governo fora do consenso da União Europeia, na Grécia, em Fevereiro de 2015, aquilo que tradicionalmente tem sido conseguido através de uma revolução violenta – acabar com o medo existencial e a resignação face à perspectiva de um desastre humanitário – poderá ser conseguido pelo espírito democrático. Os poderes instituídos terão de ser capazes de vergar perante a sua incapacidade estrutural de oferecer dignidade às pessoas – às nações PIIGS, mas também aos povos de leste europeu, chantageados entre fidelidades à memória da ex-URSS e a opção pela liberdade, afinal a gaiola de aço neoliberal, e a todos os europeus que esperam pelo respeito pela sua liberdade, pelo funcionamento efectivo dos estados de direito e pela valorização prática dos direitos humanos.

A degenerescência da democracia levada a cabo, na Europa, pela União Europeia, quando decidiu tomar o poder por via administrativa, a mando dos estados mais poderosos à custa dos restantes, não tem respaldo democrático. Só a separação social entre as elites globalizadas e as populações abandonadas às de sobrevivência, sustenta processos decisórios opacos e corruptos, como se demonstra cabalmente pelo impedimento de inquéritos no parlamento europeu aos casos Luxleaks e Swissleaks. Os resgates financeiros lançados como ajuda impediram as auditorias públicas dos Estados em ruptura, como foi manifesto no caso português. As reformas exigidas ignoraram a extensa corrupção internacional com epicentro na União Europeia.

A vontade de bloquear o acesso à verdade sobre as engenharias financeiras e o funcionamento burocrático cada vez mais denso, a que apenas alguns são obrigados, como é o caso das regras comunitárias com incidência orçamental, por definição, não é democrática. O espírito anti-democrático na União Europeia – de discriminação e estigmatização de populações e países através de campanhas de (des)moralização lançadas através de medias subjugados – tem por objectivo esconder e manter privilégios ilegítimos e desastrosos para a Europa e o mundo. Com um governo a colocar-se do lado da sua população, afinal limitando-se a tomar para valer as promessas eleitorais, houve quem argumentasse que os alemães e os portugueses tinham igual direito democrático a escolher os seus governantes (mesmo quando traem os seus compromissos eleitorais).

Resta-nos, onde não haja partidos em quem acreditar, organizar o espírito democrático e reclamar dos usurpadores que o respeitem.

Onde não houver partidos comprometidos com as suas próprias convicções e promessas (mas apenas com o ilusionismo eleitoral) e capazes de recusar usar as instâncias de representação como trincheiros para negócios privilegiados, há que construir uma frente eleitoral constituinte contra o sistema apodrecido, nacional e internacionalmente, em nome do regime democrático.

Democracia é a promoção da não-violência e do espírito de paz, só possível sem privilégios e ambicionando a igualdade no acesso aos bens essenciais.